

Por João Marcelo Barros Leal M. Carvalho e Mariana Jacobovis Neves (\*)

Consolidando as sugestões das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC na Consulta Pública nº 4, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC publicou no Diário Oficial da União, no último dia 13 de maio, a [Instrução nº 28, de 12/05/2016](#), a fim de fixar os procedimentos para certificação, habilitação e qualificação de conselheiros, dirigentes e demais profissionais, no âmbito das EFPC.

A norma entrará em vigor em 01/07/2016 e tem por objetivo complementar os ditames da [Resolução CNPC nº 19, de 30/03/2015](#), fixando os requisitos formais e legais para os referidos processos junto à PREVIC, que possui a competência de reconhecer a capacidade técnica das instituições certificadoras responsáveis pela emissão, manutenção e controle dos certificados, bem como conceder a habilitação aos conselheiros e dirigentes das EFPC.

## **CERTIFICAÇÃO**

Certificação é o processo realizado por entidade certificadora reconhecida pela PREVIC para comprovação de atendimento e verificação de conformidade dos requisitos técnicos para exercício de cargo ou função.

## **HABILITAÇÃO**

Habilitação é o processo realizado pela Diretoria de Análise Técnica – DITEC da PREVIC para comprovação de atendimento aos requisitos condicionantes para determinado cargo ou função, a ser realizado antes do exercício deste.

Desse modo, o membro de Diretoria-Executiva, Conselho Deliberativo ou Conselho Fiscal depende da prévia obtenção de Atestado de Habilitação de Dirigente de EFPC ou de Conselheiro de EFPC.

Os requisitos para habilitação são:

- experiência profissional comprovada por meio de documentos hábeis de, no mínimo, 3 (três) anos, no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria. Especificamente para o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, indicado dentre os membros da Diretoria-Executiva, será exigida experiência de pelo menos 3 (três) anos na área específica de investimentos;
- não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público
- não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- certificação emitida por entidade certificadora;
- ter reputação ilibada; e
- especificamente para os membros da Diretoria-Executiva, ter residência no Brasil.

Em relação ao requisito de certificação, deve-se ler a Instrução nº 28 em conjunto com a Resolução CNPC nº 19, que estabelece, em seu art. 5º (redação dada pela Resolução nº 21):

*“Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:*

*I – membro da diretoria-executiva;*

*II – membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;*

*III – membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e*

*IV – demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.*

- *1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o AETQ e as pessoas relacionadas no inciso IV, que deverão estar certificados previamente ao exercício dos respectivos cargos.*
- *2º Para as entidades acessíveis aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas privadas e associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, a certificação prevista no caput será exigida para a maioria dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal.*
- *3º Para fins do cômputo da maioria de que trata o § 2º, os conselheiros titulares e suplentes serão considerados como grupos distintos e, dessa forma, deverá ser apurada a maioria em relação a cada um dos referidos grupos e a cada conselho.*

Ou seja, em determinados casos, o pedido de habilitação poderá ser encaminhado à PREVIC sem a comprovação da certificação, seja porque esta será enviada posteriormente, no prazo de um ano, seja pelo fato de a certificação não ser requisito obrigatório, o que ocorre para parte dos conselheiros das EFPC regidas exclusivamente pela LC 109.

Os requisitos acima listados serão comprovados por meio do envio de documentos hábeis fixados na instrução.

O requerimento de habilitação será analisado no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo na PREVIC, prorrogável por igual período. Na ausência de apresentação ou de inconsistência de qualquer documento ou, ainda, a apresentação de algum documento incompleto, a PREVIC intimará a EFPC para regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

O Atestado de Habilitação de Dirigente ou Conselheiro de EFPC perderá sua validade com o término do mandato do dirigente habilitado; afastamento definitivo do cargo ou função; ou expiração da validade da certificação.

É importante ressaltar que as EFPC terão o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir de 01/07/2016 para o envio da documentação fixada na Instrução em relação aos membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria-Executiva e do Conselho Fiscal que estiverem em exercício.

## **QUALIFICAÇÃO**

Qualificação é o processo continuado pelo qual o conselheiro, dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos aprimora seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na EFPC.

## **RESUMO**

A partir da leitura da Instrução nº 23, conjuntamente à Resolução nº 19, alterada pela Resolução nº 21, temos que:

<b>Cargo/Função</b>	<b>Certificação</b>	<b>Habilitação</b>
AETQ	Necessária a obtenção	Para dirigentes

	previamente à posse	empossados até
Diretoria Executiva, exceto AETQ (titulares e suplentes)	Necessária a obtenção em até um ano a partir da posse para todos os membros	30/06/2016: necessária a obtenção da habilitação até o final de 2016;
Conselho Deliberativo (titulares e suplentes)	Necessária a obtenção em até um ano a partir da posse para todos os membros, em EFPC regidas pela LC 108, e para a maioria dos membros, em EFPC não regidas pela LC 108	Para dirigentes empossados a partir de 01/07/2016: necessária a obtenção previamente à posse
Conselho Fiscal (titulares e suplentes)		
Membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos	Necessária a obtenção em até um ano a partir da posse para todos os membros	Não é necessária
Demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.	Necessária a obtenção previamente à posse	

Em que pese a maior complexidade e custos envolvidos para cumprimento das novas exigências, as medidas devem constituir mais um passo na direção da crescente profissionalização do sistema, que tem sido observada ao longo dos últimos anos.

(\*) **João Marcelo Barros Leal M. Carvalho** é Atuário, graduado pela Universidade Federal do Ceará, com MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas e graduando em Direito pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. É Diretor de Operações e Previdência da GAMA Consultores Associados.

(\*) **Mariana Jacobovis Neves** é advogada, graduada pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, com MBA em Gestão Estratégica pela Escola Paulista de Direito. É assessora jurídica na Mercer Human Resource Consulting.

**Fonte:** Mercer/[GAMA Consultores Associados](#), em 17.05.2016.